

# Um voto salva a proposta do Centrão

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Por apenas um voto as esquerdas e o grupo nacionalista da Constituinte deixaram de rejeitar ontem o substitutivo do Centrão sobre a ordem econômica, que obteve apenas 20 votos favoráveis, 279 contrários e 27 abstenções, num total de 516 votantes. O quórum para rejeição é de 280 votos. No entanto, por tratar-se de emenda coletiva, a proposta do Centrão será novamente votada hoje, a partir das 16h30, de acordo com o regimento da Constituinte, aprovado pelo então majoritário grupo do Centrão.

A expectativa dos constituintes é que negociações realizadas antes da nova votação evitem outra disputa de forças, pois segundo o deputado Sarney Filho (PMDB-MA) esse é o interesse de boa parte do grupo. "Já que muitos do Centrão votaram a favor da empresa nacional, ou contra o próprio substitutivo para tentar novo entendimento". O líder do governo, Carlos Sant'Anna, contava com a vitória e o deputado Luís Eduardo (PFL-BA) achava que, se houvesse 520 constituintes no plenário, o substitutivo do Centrão seria aprovado. No início da sessão o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), tentou antecipar a votação aproveitando-se da pouca presença dos integrantes do Centrão, mas a manobra não foi aceita pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Embora o tema fosse polêmico, a votação foi tranquila e o quórum, alcançado às 15h20 com 334 constituintes em plenário. O relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), declarou-se contrário ao substitutivo do Centrão, mas fez um apelo "contra a radicalização, que não é o caminho a percorrer. A Constituinte não pode se perder pelo que ela tem de melhor, que é o ponto de equilíbrio, e se o projeto da Sistematização sobre a ordem econômica não é o melhor, tampouco é o do Centrão", acrescentou Ca-

bral. "Vamos buscar o consenso, tirando a medida dos dois para ver qual é o melhor", observou o deputado propondo a rejeição da emenda do Centrão. "Depois acharemos o caminho", frisou.

O líder do PMDB, senador Mário Covas, falou contra a emenda. Destacou que o projeto da Sistematização valoriza o trabalho humano antes da livre iniciativa, prioridade invertida no do Centrão. "Nem é questão econômica e social, mas sim ética, moral e filosófica", disse. Depois, chamou a atenção da "bancada dos pastores" referindo-se aos evangélicos que integram o Centrão. "Não creio ser possível a livre iniciativa sem o trabalho humano", reiterou, para em seguida criticar o líder do PFL, deputado José Lourenço, que sugerira às esquerdas fazer acordo "com os raios que os partam".

COVAS LAMENTA FALTA DE CONSENSO

Covas lamentou que pela primeira vez era iniciada uma votação de tema importante sem acordo, apesar de alternativas aceitas inicialmente e tendo havido impasse em torno do conceito da empresa nacional. O líder leu alguns dispositivos dos dois textos e frisou que o Brasil, como qualquer país, tem o direito de dizer quem é nacional e quem é estrangeiro, sem que isso se constitua num impedimento à convivência. "Defendo e continuarei a defender que a Constituinte seja pluralista", enfatizou Covas.

O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) foi o segundo orador a se pronunciar contra a proposta do Centrão. Ele destacou que estaria sendo votado "o coração da Constituinte, a relação entre o capital nacional e estrangeiro, o Estado como agente produtivo e a regulamentação das atividades econômicas". Segundo o parlamentar, o importante é "consolidar a nova Constituição e mudar o modelo econômico dependente há 20 anos, onde 30 milhões

de brasileiros vivem na miséria e 70 milhões em condições insustentáveis". E prosseguiu: "Queremos fronteira nítida entre empresa nacional e estrangeira, com vantagens especiais para aquelas controladas por residentes no País, mantido em solo brasileiro o poder de decisão".

O representante do PDT destacou a importância da exploração dos minérios afirmando que 38% dos alvarás de lavra estão em poder de estrangeiros, e defendeu a manutenção do monopólio da exploração do petróleo. Observou que por essas razões o texto do Centrão não poderia ser utilizado como referência para a ordem econômica. Salomão disse que o líder José Lourenço foi intransigente contra a negociação do acordo, defendido pelos pequenos partidos, sendo que alguns desses pontos foram aprovados pelo presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA). Após o discurso, os dois se cumprimentaram sorridentes.

EM DEFESA DO CENTRÃO

A proposta do Centrão foi defendida inicialmente pelo deputado Gerson Peres (PDS-PA), para quem a "evolução da ordem econômica dos países se transforma de maneira progressiva, e não pode ser obstaculizada por medidas limitativas e cercadoras da livre iniciativa". Peres leu o conceito de empresa nacional elaborado pela Sistematização, destacando a exigência de controle decisório em caráter exclusivo e incondicional "de pessoas físicas domiciliadas no País", e observou que na vida "nada é incondicional".

O segundo constituinte a defender o texto do Centrão foi o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que refutou as acusações de intransigência nas negociações, feitas pelas esquerdas. Ele destacou que a proposta do Centrão poderia ser alterada posteriormente, por meio de destaques.

As galerias estiveram lotadas, e entre os presentes estava o presidente da UDR, Ronaldo Caiado.



Caiado assiste à votação que foi tranquila, apesar de o conceito de empresa ser polêmico

## Grupos buscam acordo sobre ordem econômica

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão e a esquerda do PMDB, liderada pelo senador Mário Covas (SP), reiniciaram hoje as negociações para evitar o buraco negro na votação do texto do Capítulo da Ordem Econômica. Os grupos já começaram a definir seus pontos de negociação desde ontem à noite. "A negociação só é boa quando decorre do impasse", disse Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos líderes do Centrão. Covas disse preferir "fazer modificações no texto do Centrão a mudar o da Sistematização".

Ao fazer uma avaliação sobre o resultado da última votação, os parlamentares liberais afirmaram que houve 73 traíções e 15 abstenções, o que prejudicou a emenda do grupo. "Tivemos mobilização, mas faltou catequese", disse Fiuza, para justificar a derrota. Também o deputado Dado Coimbra (PMDB-RJ), responsável pela convocação dos constituintes, atribuiu o resultado à falta de diálogo: "Eles não estavam concordando em apenas votar como os líderes desejavam. Queriam entender o que estava acontecendo", explicou. Um dos revoltados com a falta de orientação da liderança do Centrão era o deputado Maluly Neto (PFL-SP), que advertiu, após a

votação, os negociadores: "Aqui não tem vaca de presépio".

ACORDO

Houve tentativa de acordo durante reunião realizada ontem pela manhã no gabinete do senador Severo Gomes (PMDB-SP) com representantes do Centrão acompanhados pelo advogado Carlos Leone. Foi tirada uma nova definição de empresa nacional, bem menos abrangente que a contida na emenda do Centrão. Segundo a nova definição, será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras que tenha no País sua sede e administração.

A definição atende aos nacionalistas, que desejam que o controle efetivo do capital decisório esteja no País, fato que impede acordos de acionistas capazes de burlar o controle sobre essas empresas. O Centrão cedeu diante das pressões dos nacionalistas, concordando em conceitualizar a empresa brasileira de capital nacional como a pessoa jurídica cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta e indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público.

Dez integrantes do Centrão deixaram de votar, entre eles Roberto Jefferson (PTB-RJ), Vlei rada Silva (PDS-MA) e Carlos Alberto de Carli (PMDB-AM). Houve intensas mobilizações de membros do Centrão para trazer de Carli, que estava fora. A esquerda também enfrentou problemas semelhantes. Os parlamentares Ronan Tito (PMDB-MG), Rose de Freitas (PMDB-ES) e Irája Rodrigues, entre outros, estavam em Brasília, mas não votaram.

As lideranças do Centrão ficaram decepcionadas, principalmente com o deputado Júlio Campos (PFL-MT). Até um avião foi conseguido para trazê-lo de Mato Grosso, embora ele tenha sempre um jatinho particular a sua disposição.

"O plenário deu demonstrações de que quer entrar em entendimentos", declarou Covas, ressaltando que a votação de ontem abriu canais para acordos por parte do Centrão. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, também acredita no entendimento: "Se alguém vencesse hoje, venceria fraco", disse ele ao deputado Amaral Neto (PDS-RJ), que, por sua vez, respondeu dizendo que "o texto do confronto seria como um elefante com cabeça de burro".

## Aprovação será mais difícil hoje

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Para que o substitutivo do Centrão seja rejeitado hoje à tarde não haverá necessidade do mínimo de 280 votos contrários, como se exigia ontem. Bastará que não alcance os 280 votos favoráveis. Isto é o que estabelece a resolução n.º 3, que alterou o regimento da Constituinte com base nas propostas do próprio Centrão. Um substitutivo assinado pela maioria dos constituintes tem essa oportunidade de uma segunda votação, 24 horas depois, se a primeira não alcançar o quórum de 280 votos. Mas é só esta oportunidade. Na segunda votação, passa a ter o mesmo tratamento

de emenda comum: não alcançando o quórum para a aprovação, está automaticamente rejeitada.

Para hoje, regimentalmente, as hipóteses são as seguintes: 1) se houver acordo entre as lideranças poderá ser aprovado, como ocorreu com os títulos anteriores, o texto proposto pelo Centrão, sem prejuízo das emendas e dos destaques para votações em separado de determinados dispositivos. Em seguida, serão votadas as fusões de emendas resultantes do acordo; 2) se não houver acordo, será colocado em votação o substitutivo do Centrão e, então, se ele não alcançar os 280 votos favoráveis, será declarada rejeitada. A seguir se passará à votação do texto do projeto da Comis-

são de Sistematização. Este, ao contrário do que ocorre com o substitutivo do Centrão, não terá segunda oportunidade. Se na primeira votação não alcançar os 280 votos favoráveis, será também rejeitado; 3) Se ocorrer também essa rejeição, a Constituinte estará mais uma vez diante do chamado buraco negro. Neste caso, segundo o regimento, o relator terá prazo de até 48 horas para propor outro texto, "circunscrito à matéria existente". Independentemente do seu trabalho, a maioria dos constituintes poderá apresentar também outro texto, a partir do que, abre-se novo prazo de 24 horas para a apresentação de destaques, propostos por no mínimo 187 constituintes.



O placar eletrônico mostra o resultado: 210 sim, 279 não e 27 abstenções

## Placar assusta quem se absteve

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Alcení Guerra (PMDB-PR) disse que até levou um susto quando viu aparecer no painel 279 votos contra o texto do Centrão, que seria derrubado com a ajuda de seu voto, se ele não tivesse optado pela abstenção. Mas, horas depois, já fora do plenário — e refeito do susto — afirmou que não se arrepende, porque defende um texto negociado para a ordem econômica. E, apesar de estar totalmente contra o conceito de empresa nacional do Centrão, acrescentou, acha que alguns itens podem ser discutidos.

Essa foi também a opinião do líder do PTB, deputado Gastone Righi, que criticou o conceito de empresa nacional do texto do Centrão e disse que orientou seus colegas de

bancada a votar pela abstenção, no caso de não terem a certeza de que deveriam optar pelo "não". Uma opção ou outra, diz Righi, teria o mesmo resultado, "porque o importante é derrubar o texto do Centrão e o texto da Sistematização, forçando um consenso para a aprovação da ordem econômica, nem que seja à custa do 'buraco negro'".

Ainda assim, dos 23 votos do PTB, oito foram "sim" para o texto do Centrão; 11 votaram "não"; e apenas quatro, inclusive o líder do partido, apertaram o botão da abstenção. Mas Gastone Righi acha que o texto da Sistematização que, diz, "é xenofobo e engessador", também não passará. Ao lado de Righi mais três petebistas preferiram abster-se: Elias Murad, Jayme Pallarin e Marluce Pinto.

Além de Ulysses Guimarães,

abstiveram-se ainda Arnaldo Martins (PMDB-RO), Chagas Neto (PMDB-RO), Edme Tavares (PFL-PB), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Geraldo Fleming (PMDB-AC), Gil César (PMDB-MG), Heráclito Fortes (PMDB-PI), Jairo Carneiro (PFL-BA), João Carlos Bacelar (PMDB-BA), José Geraldo (PMDB-MG) e José Luiz de Sá (PL-RJ).

Ainda integram a lista das 27 abstenções os deputados José Maria Eymael (PDC-SP), Manoel Castro (PFL-BA), Maria Lúcia (PMDB-AC), o senador Luís Viana (PMDB-BA), os deputados Mauro Miranda (PMDB-GO), Messias Soares (PMDB-RJ), Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), Adylson Mota (PDS-RS) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

subsolo entre os bens da União. Ainda de acordo com o deputado, o general Bayma Denys gostaria de ver adotada uma definição de empresa nacional que garantisse a exploração do subsolo por firmas genuinamente brasileiras.

Entre os integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista há a convocação de que os ministros militares não trabalhariam pela aprovação da emenda do Centrão. Eles estão convencidos de que devem continuar alertando o setor militar para os riscos de desnacionalização da mineração e acham que, nesse caso, o silêncio oficial dos ministros militares foi eloquente, colaborou para a votação de ontem.

As conversas dos parlamentares com o setor militar acontecem desde o início da Constituinte, mas ficaram mais frequentes na semana passada. Na quarta-feira, o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) e o senador Severo Gomes (PMDB-SP) estiveram com integrantes do Conselho de Segurança Nacional. Não somen-

te encontraram receptividade para suas teses como foram surpreendidos por uma discreta repreensão do assessor jurídico do Conselho, Filadelfo Pinto da Silveira. "Vocês nem parecem nacionalistas", disse o advogado, referindo-se ao fato de ambos estarem de acordo com a definição de empresa nacional contida na emenda do Centrão.

Eufórico, de volta ao Congresso, Severo Gomes relatou o ocorrido a alguns jornalistas. Foi o que bastou para que lideranças do Centrão entrassem em campo, obtendo do general Bayma Denys a garantia de que o conselho não se havia pronunciado oficialmente sobre o assunto.

A declaração do general foi transmitida pelos líderes do Centrão como apoio do Conselho de Segurança Nacional à sua emenda coletiva. Inconformado com a versão, o deputado Luiz Salomão telefonou ao CSN para conferir. Em resposta, ouviu apenas que o conselho havia sido mobilizado pela divulgação do teor da conversa mantida com os dois parlamentares.

## A divergência principal diz respeito à tecnologia

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Na definição de empresa nacional, a questão do desenvolvimento tecnológico representa a principal divergência entre as propostas do Centrão e da Sistematização. Para o deputado Delfim Netto (PDS-SP), e o senador Roberto Campos (PDS-MS), a proposta da Sistematização representa a inviabilização da expansão da economia, que condenará o País a um atraso tecnológico irreversível. A proposta restringe à empresa sob exclusivo controle nacional a ocupação dos setores estratégicos para o desenvolvimento tecnológico do País. A proposta do Centrão é diferente quanto aos incentivos oferecidos à empresa nacional.

Estas são as propostas:  
Empresa nacional  
Sistematização: Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno.  
Centrão: Será considerada empresa brasileira de capital nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle e capital votante esteja, em caráter permanente, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno.

Empresa brasileira  
Sistematização: Será considerada empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencha os requisitos deste artigo. (O que dispõe sobre empresa nacional).  
Centrão: Será considerada empresa brasileira aquela constituída

sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração.

Incentivos à empresa nacional  
Sistematização: A lei instituirá programas destinados a fortalecer o capital nacional e melhorar suas condições de competitividade interna e internacional mediante:

I - Incentivos e benefícios fiscais e creditícios diferenciados; II - Proteção especial às atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico. Na aquisição de bens e serviços, o poder público dará tratamento preferencial à empresa nacional.

Centrão: A empresa brasileira de capital nacional poderá gozar, na forma de lei complementar específica, de benefícios especiais temporários para o desenvolvimento de atividades consideradas estratégicas à defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento tecnológico do País. O poder público dará tratamento preferencial à aquisição de bens e serviços produzidos no País por empresas brasileiras.

Tratamento ao capital estrangeiro  
Sistematização: Os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos exclusivamente no interesse nacional e disciplinados na forma da lei; como agente normativo regulador da atividade econômica, o Estado exercerá funções de controle, fiscalização e incentivo e planejamento, sendo este imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado.

Centrão: Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais; como agente normativo da atividade econômica, o Estado exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado.

Centrão: Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais; como agente normativo da atividade econômica, o Estado exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado.

Centrão: Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais; como agente normativo da atividade econômica, o Estado exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado.

Centrão: Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais; como agente normativo da atividade econômica, o Estado exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado.

Centrão: Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais; como agente normativo da atividade econômica, o Estado exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado.

## Lins acha que houve falta de informações

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado José Lins (PFL-CE), um dos líderes do Centrão, admitiu ontem que 42 dos integrantes do grupo votaram com grupos de centro-esquerda por desconhecer as diferenças entre o texto do Centrão e o da Comissão de Sistematização. Já o deputado Delfim Netto (PDS-SP) tem outra versão: os dois lados manifestaram descontentamento pela falta de acordo.

Segundo Lins, "muita gente chegou na última hora e não tinha informações suficientes sobre a matéria", e que, além disso, o encaminhamento inadequado da votação não permitiu o esclarecimento. Os líderes do Centrão estão convencidos de que, mesmo sem acordo, a tendência é diminuir a rejeição ao texto do grupo. "Eles não conseguiram amanhã (hoje) os 279 votos que tiveram hoje (ontem), garantiu Delfim.

As esquerdas não tiveram ontem o voto do senador Ronan Tito (PMDB-MG) que poderia ter completado o quórum de 280 votos para derrotar o texto do Centrão. Ele chegou atrasado porque foi socorrer a mulher, que estava com o carro quebrado na cidade. Outro voto que poderia ter se somado à esquerda foi dado, erroneamente, pelo deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP) ao Centrão. Ele chegou no momento exato da votação e apertou o botão do sim, pensando estar votando o texto da Sistematização. O deputado recorreu à mesa, mas a providência não alterou o resultado da votação. O deputado José Genofino, do PT, acusou Roman Tito e os deputados Alcení Guerra (PFL-PA) e Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que votaram pela abstenção, de serem os principais responsáveis pela falta de quórum para rejeitar o texto do Centrão.

Centrão: Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais; como agente normativo da atividade econômica, o Estado exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado.

Centrão: Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais; como agente normativo da atividade econômica, o Estado exercerá funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado.

## Empresários pedem definição já

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Empresários de diferentes ramos reuniram-se ontem em Brasília com senadores e deputados da Frente Parlamentar Nacionalista para preparar a estratégia de pressão sobre a Constituinte pela definição, no futuro texto da nova Carta, do conceito de empresa nacional, evitando com isso que o problema seja remetido para a legislação ordi-

nária. Depois de quase duas horas de debates na sala da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, parlamentares e empresários afirmaram que o momento da definição é agora e que deixar a regulamentação para depois significa atender aos interesses dos grupos estrangeiros multinacionais.

Os participantes do encontro resolveram partir para a tentativa concreta de derrubar o texto do Centrão sobre a matéria e aprovar o